



A CONVIDADA

Uma oportunidade para o crescimento



MARIA DA GRAÇA
CARVALHO

N um momento em que o País se vê confrontado com medidas severas de austeridade que visam restabelecer a saúde das contas públicas e a credibilidade da economia nacional, o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) pode constituir um instrumento-chave de dinamização do crescimento do País. A própria *troika*, no seu Memorando, sugere que tiremos o máximo proveito dos fundos estruturais. Está nas nossas mãos utilizar este recurso.

Passados quatro anos e meio de vigência do QREN, a sua execução alcançou escassos 27%. Seria impensável desperdiçar os montantes envolvidos, sobretudo quando vemos tantos fundos a serem des-

pendidos em obras que pouco contribuem para o crescimento da economia. Acresce que a baixa execução portuguesa nas negociações do próximo orçamento comunitário.

Por outro lado, sabemos que para este instrumento ser eficaz há que introduzir algumas alterações. O programa foi desenhado antes da crise económica e social que se abateu sobre o País. Por isso contém regras de participação e conteúdos temáticos que se encontram desajustados. O programa assume uma percentagem de co-financiamento nacional demasiado ambiciosa – superior mesmo ao exigido pela Comissão Europeia. Algumas prioridades então definidas, tais como as grandes obras públicas, que hoje já todos entendemos serem excessivas e inadequadas à situação actual, devem ser alteradas. Além disso, muitas políticas europeias, como por exemplo a estratégia para a energia e as políticas de combate às alterações climáticas, foram desenvolvidas depois de o programa ter sido elaborado. Em todos estes aspectos o programa carece de actualização.

O Governo português já devia

ter accionado uma revisão intercalar do QREN há algum tempo. Torna-se cada vez mais urgente renegociar o programa e fazer uma revisão intercalar – mecanismo que, aliás, está contemplado no próprio programa.

A revisão deveria ser conduzida no sentido da flexibilização e simplificação das regras de participação e do redireccionamento das prioridades para factores potenciadores do crescimento económico, como por exemplo a inovação e as PME.

O primeiro responsável pela baixa execução do programa é o Governo, mas existem outras razões que contribuíram para este fenómeno. Em particular, podemos referir a excessiva complexidade das regras de acesso aos fundos e a necessidade de co-financiamento nacional. Não obstante, está ao nosso alcance ultrapassar estes obstáculos. Algo que tem de ser feito com determinação e sabedoria.

A redução do co-financiamento nacional pode ser renegociada com a Comissão Europeia. Pode-

mos inclusivamente obter a possibilidade de parte do co-financiamento nacional ser realizado em espécie, isto é, em horas de trabalho do pessoal permanente dedicado ao projecto, em utilização de equipamentos e em consumíveis.

A par disso, devíamos promover a revisão dos conteúdos do programa, apostando nas áreas que mais contribuem para o desenvolvimento e o emprego, como sejam

os cursos de especialização tecnológica, o ensino superior, a inovação, a eficiência energética, as alterações climáticas, a recuperação urbana, a competitividade industrial, entre outras.

Todas as virtualidades que nos permitam tornar o QREN num verdadeiro motor de desenvolvimento e crescimento deviam ser exploradas à exaustão.

Numa palavra, urge redireccionar os avultados fundos que a Europa nos pode conceder para investimentos que representem um estímulo real e eficaz ao crescimento da economia e ao desenvolvimento do País.

“

Urge redireccionar os fundos que a Europa nos pode conceder”